

A Evolução Conceitual do Pensamento Estruturalista Latino-Americano: Aportes Teóricos para a Construção de uma Historiografia Autônoma das Relações Internacionais

Leonardo Diniz Lameiras¹

Recebido em 04 de junho de 2016
Aprovado em 24 de agosto de 2016

DOI: 10.18829/rp3.v0i08.18449

RESUMO

Este artigo busca resgatar alguns dos principais conceitos e ideias do pensamento estruturalista latino-americano por meio de uma narrativa que privilegia uma coerência cronológica, a fim de reafirmar a importância dos aportes críticos de seus principais intelectuais na construção de uma historiografia das Relações Internacionais com a identidade da América Latina.

Palavras-chave: CEPAL; pensamento estruturalista latino-americano; historiografia das Relações Internacionais.

ABSTRACT

This article outlines the main concepts and ideas of Latin American structuralist thinking through a narrative that champions a chronological coherence, in order to reaffirm the importance of the critical contributions of its leading intellectuals in building a historiography of the International Relations with a Latin American identity.

Keywords: CEPAL; Latin American structuralist thinking; historiography of International Relations.

¹Universidade de Brasília – UnB. E-mail: leonardolameiras@gmail.com

1. Introdução

Qualquer um que almeje traçar a genealogia da historiografia latino-americana das relações internacionais irá deparar-se, inexoravelmente, com uma profusão de obras que reportam a uma origem comum: os primeiros estudos realizados em meados do século XX por um grupo de intelectuais que tinha à frente o desafio de entender as especificidades do subdesenvolvimento da América Latina. Desde então, a partir de aportes teóricos que se somavam àquela tradição, desenvolveu-se uma linha homogênea de pensamento que, tomada em seu conjunto, apresenta uma interpretação sobre a dinâmica do sistema capitalista global e seu impacto sobre a configuração dos polos de sua estrutura: o Centro e a Periferia.

Revisitar a evolução conceitual do pensamento estruturalista latino-americano, a fim de mostrar sua importância para a historiografia de Relações Internacionais, constitui o *leitmotiv* deste trabalho. É digno de nota que, nessa ida ao passado, não se pretende realizar uma ressignificação dos conceitos, mas, tão-somente, resgatar sua importância para o contexto histórico específico em que foi concebido e sua influência para estudos posteriores. Aqui, faz-se a ressalva de que, para a execução desse intento, muitos autores e obras fundamentais que participaram da construção dessa tradição teórica não foram objetos de análise neste trabalho, o que não significa afirmar que tiveram menor relevância para a consagração do estruturalismo na historiografia da região.

O artigo está organizado em temas encadeados de modo cronológico, atendendo ao propósito de reconstituir uma evolução histórica. Nas duas primeiras partes, propõe-se fazer um breve relato sobre as origens da instituição que reuniu os *founding fathers* do estruturalismo latino-americano, bem como um passeio por algumas de suas abordagens clássicas. Em seguida, um novo paradigma teórico para interpretar os vínculos dos países latino-americanos com o sistema capitalista mundial será apresentado, sem que distintas nuances interpretativas deixem de ser contempladas. E, por último, enquadrados no rótulo de “neoe estruturalismo”, trabalhos mais recentes serão resgatados, de modo a revelar as linhas de pesquisa de alguns representantes da nova geração dessa já longa escola de pensamento.

2. Origens do pensamento estruturalista latino-americano

O que se convencionou chamar de pensamento estruturalista latino-americano recebe, mesmo daqueles que a ele não se filiam, o devido reconhecimento de constituir uma das poucas abordagens teóricas concebidas na periferia do sistema internacional, com o fito de entender as especificidades de uma região e encontrar respostas para seus problemas e dilemas. Fundamentado em uma concepção histórico-estrutural sobre a inserção dos países latino-americanos na economia capitalista internacional, o conjunto de ideias que se formou nessa escola de pensamento apresenta, como uma de suas maiores contribuições, o desenvolvimento de uma linha interpretativa autônoma para entender a realidade política, econômica, social e cultural dessas nações. Trata-se, desse modo, de um indubitável esforço de construir uma corrente teórica única e original no campo da Economia Política e das Relações Internacionais.

Os primeiros estudos e formulações teóricas situam-se no contexto em que se verifica o nascimento do paradigma keynesiano como nova lente analítica para entender as dinâmicas da atividade econômica. Uma reviravolta no mundo das ideias que estava associada à grave crise econômica da década de 1930, momento histórico em que o receituário liberal se mostrou insuficiente para reverter o quadro de recessão que acometia vários países. Segundo apregoava o economista britânico John Maynard Keynes, a intervenção estatal, em situações específicas como aquela, tornava-se necessária para aumentar a demanda agregada e, assim, reaquecer o nível de atividade econômica. Esse corolário de uma atuação mais ativa do Estado na economia, de modo a corrigir as falhas que a “mão invisível”¹ do mercado não resolvia, constituirá um dos alicerces epistemológicos do pensamento estruturalista latino-americano.

As origens das primeiras reflexões e ideias seminais da Escola estruturalista surgiram a partir de estudos realizados por um grupo de intelectuais e pensadores que faziam parte da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), estabelecida pela Resolução 106 (VI) do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, em 25 de fevereiro de 1948. Renomeada de Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, por meio da Resolução 1984/67, a organização está sediada em Santiago, no Chile, e hoje constitui uma

¹ SMITH, Adam. *A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas*. Nova Cultura. São Paulo, 2ª edição, 1985.

das cinco comissões regionais da Organização das Nações Unidas. Entre seus propósitos iniciais:

Se fundó para contribuir al desarrollo económico de América Latina, coordinar las acciones encaminadas a su promoción y reforzar las relaciones económicas de los países entre sí y con las demás naciones del mundo. Posteriormente, su labor se amplió a los países del Caribe y se incorporó el objetivo de promover el desarrollo social.²

Desde os primeiros estudos da CEPAL até as produções acadêmicas atuais, inúmeros são os aportes conceituais e teóricos que foram agregados às reflexões originárias dos cepalinos clássicos. Nesse longo percurso intelectual, vale sublinhar que, a despeito das atualizações e adaptações que as próprias conjunturas históricas exigiam, constata-se, no geral, uma coerência interpretativa, expressa no nível ontológico e epistemológico, a respeito do funcionamento do sistema capitalista mundial a partir de uma morfologia sistêmica de tipo “Centro-Periferia”; portanto, definidora de um mundo dividido em países desenvolvidos e subdesenvolvidos, entre potências dominantes e nações dominadas. A respeito dessa unidade de pensamento emanada dos documentos da CEPAL, vale a pena transcrever o que o acadêmico Octavio Rodriguez tem a dizer:

A revisão minuciosa das contribuições cepalinas revela que, certamente, não constituem uma mera justaposição de ideias genéricas sobre a evolução e o funcionamento das economias desenvolvidas; ao contrário, possuem um considerável desenvolvimento analítico e cumprem amplamente com os requisitos formais da teoria econômica. Em outras palavras, ainda que o rigor das diversas contribuições varie segundo o documento, o grau de coerência que cada uma delas alcança com o tempo resulta, sem dúvida, satisfatório.³

Ao apresentar-se como inovadora filosofia da história, distante das linhas teleológicas formuladas pelas tradições filosóficas europeias, o pensamento crítico latino-americano mostrou-se útil em outros lugares geográficos. Sua influência, com efeito, não se circunscreve à América Latina. Nações de outros continentes, como Ásia e África, que comungam realidades similares às dos países latino-americanos e, por essa razão, anseiam por receituários políticos e econômicos menos afeitos às cartilhas propugnadas pelos países

² CEPAL. Disponível em: <http://www.cepal.org/es/acerca>

³ RODRIGUEZ, Octavio. *O Pensamento da CEPAL: síntese e crítica*. Novos Estudos. CEBRAP. São Paulo, nº 16, dez. 1986, p. 9. Disponível em: http://novosestudos.uol.com.br/v1/files/uploads/contents/50/20080623_o_pensamento_da_cepal.pdf

desenvolvidos, também foram consumidores do arcabouço teórico e normativo da Escola estruturalista latino-americana. Em meio às interpretações simplificadoras e enviesadas que dividiam o mundo entre Leste e Oeste, que subordinava as interpretações dos eventos históricos à lógica da geopolítica da bipolaridade, as preocupações desenvolvimentistas encontraram eco no seio da comunidade internacional, com a criação da *United Nations Conference on Trade and Development* (UNCTAD), em 1964. Na nova segregação que se impunha ao mundo, a divisão Norte-Sul mostrava-se mais coerente às reivindicações do chamado “Terceiro Mundo”, pois trazia ao debate questões que iam ao encontro de seus interesses e preocupações: ajuda financeira, comércio justo e democratização das instituições internacionais.

A recepção das formulações teóricas advindas do estruturalismo latino-americano também é observada em comunidades epistêmicas forâneas, mesmo entre acadêmicos advindos do mundo desenvolvido, a exemplo do economista e sociólogo alemão, Andreas Gunder Frank, e do sociólogo norte-americano, Immanuel Maurice Wallerstein, ambos adeptos de uma interpretação estrutural sobre a evolução do sistema capitalista mundial.

Ao longo desses quase 65 anos de profícua produção teórica, inúmeros intelectuais, de formação e origem diversas, alguns inclusive com participação direta na formulação de políticas públicas, ao agregarem conhecimento por meio da publicação de seus estudos, alargaram o horizonte conceitual e analítico da primeira geração de estruturalistas, ajudando no aperfeiçoamento e na atualização do instrumental teórico inicialmente concebido. Sem a pretensão de fazer uma lista taxativa, entre aqueles que tiveram participação ativa na evolução histórica do pensamento estruturalista e, por conseguinte, no desenvolvimento de uma historiografia latino-americana de Relações Internacionais figuram: os *founding fathers* Raúl Prebisch, Celso Furtado, Medina Echavarría e Aníbal Pinto, a que se somaram mais tarde Hélio Jaguaribe, Aldo Ferrer e Maria da Conceição Tavares; os autores da Teoria da Dependência, como Fernando Henrique Cardoso, Osvaldo Sunkel, Enzo Faletto, Pedro Vuskovic, Theotonio dos Santos, Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra, Orlando Caput, Roberto Pizarro e, posteriormente, Luciano Tomassini; e, nos dias hodiernos, abundam acadêmicos que, embora diverjam em determinadas questões e priorizem enfoques distintos, seguem trabalhando com os mesmos pressupostos teóricos, a exemplo de Octavio Rodriguez, Ricardo Bielschowsky, Fernando Fajnzylber, Raúl Bernal-Meza, Mario Rapoport, Amado Luiz Cervo, entre outros que continuam a contribuir para uma produção acadêmica plural.

“Desenvolvimentismo” é a palavra de ordem que os une e lhes confere uma identidade intelectu

3. As referências clássicas

O artigo intitulado “O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus principais problemas”, de 1950, é apontado como o manifesto do pensamento estruturalista latino-americano e norteador da fundamentação teórica da primeira obra concebida na CEPAL: “Estudo Econômico da América Latina”, publicada pelas Nações Unidas em 1951. Em ambos os trabalhos, o economista argentino e pai fundador do estruturalismo latino-americano, Raúl Prebisch, atribui às relações entre países centrais e periféricos a razão que explicaria o respectivo desenvolvimento e subdesenvolvimento dessas nações.

Em oposição às teses propaladas pela perspectiva liberal e ortodoxa do pensamento econômico, defensoras do argumento centrado nas vantagens comparativas ricardianas, que justificam a clássica divisão internacional do trabalho, Prebisch interpretou as relações entre países centrais e periféricos como ratificadoras das condições que perpetuavam o subdesenvolvimento das nações que apresentavam um atraso técnico em sua capacidade produtiva.

Nessa perspectiva, Prebisch chama a atenção para a desigualdade existente entre os sistemas produtivos dos países centrais e aqueles situados na periferia do sistema internacional. Como bem exposto por Octavio Rodríguez em uma de suas obras de referência a respeito dessa escola de pensamento:

[...] sobre essa diferenciação estrutural se assentam as diferentes funções próprias das pautas tradicionais da divisão internacional do trabalho: ao polo periférico cabe produzir e exportar matérias primas e alimentos, enquanto os centros cumprem a função de produzir e exportar bens industriais.⁴

Dessa constatação se desdobra o argumento a favor da industrialização da periferia como meio de corrigir e atenuar a relação desigual que se reproduz nas trocas comerciais entre países centrais e periféricos, em função do mecanismo de deterioração dos termos de

⁴ RODRÍGUEZ, Octavio. *O estruturalismo latino-americano*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2009, p. 82.

intercâmbio. Dois fatores causais são identificados para explicar essa estrutura perpetuadora de diferenças crescentes: o fato de a taxa de crescimento da produtividade dos bens industriais ser superior àquela dos bens primários; e o fato de os preços dos produtos exportados manterem-se elevados devido a pressões de sindicatos e oligopólios, presentes nos países desenvolvidos, a despeito do aumento de produtividade que pressiona os preços para baixo.

Prebisch fazia questão de enfatizar que sua abordagem estruturalista nunca foi contrária ao comércio internacional, apenas crítica da forma como ele se configura entre países com históricos tão díspares de desenvolvimento capitalista e de inserção na economia mundial. No âmbito regional, é notória a sua defesa por arranjos institucionais que promovem a integração econômica e política entre os países da América Latina, como etapa preliminar de ganho competitivo para uma escala maior de abertura comercial com os países centrais. Tendo isso em vista, afirma um acadêmico estudioso do tema:

Ainda a esse respeito, é interessante notar que Prebisch e a Cepal enfatizavam a importância estratégica que a integração comercial latino-americana poderia ter para que os países da região conseguissem escalas mínimas adequadas para se tornarem produtores eficientes e, a partir daí, exportadores de produtos industriais menos sofisticados dentro da região. Historicamente, no entanto, tal integração não veio a ocorrer senão de forma incipiente e muito descontínua.⁵

Ao lado de Raúl Prebisch, Celso Furtado notabilizou-se como um dos maiores nomes da Escola estruturalista latino-americana. Foi partícipe ativo nas primeiras discussões teóricas no âmbito da CEPAL, das quais resultaram estudos relevantes para a formulação de políticas públicas na América Latina. Suas obras contribuíram para o desenvolvimento de uma historiografia latino-americana que encontra guarida em diversas áreas do conhecimento, não se restringindo somente à teoria econômica. É de amplo consenso que Furtado possui lugar cativo no Panteão dos intérpretes do Brasil, ao lado de nomes como Joaquim Nabuco,

⁵ MEDEIROS, Carlos Aguiar de. ; SERRANO, Franklin. *Inserção externa, exportações e crescimento no Brasil*. In: FIORI, J. L. ; MEDEIROS, Carlos (organizadores). *Polarização mundial e crescimento*. Petrópolis: Editora Vozes, 2001, p. 108.

Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado, Florestan Fernandes, Octavio Ianni, Darcy Ribeiro, entre outros.⁶

Entre suas contribuições centrais ao estruturalismo latino-americano, Furtado chama a atenção para o papel do progresso técnico e do controle da tecnologia na configuração histórica da estrutura dual desenvolvimento-subdesenvolvimento. Abundantes nos países centrais e carentes na periferia do mundo, o conhecimento técnico e a pesquisa científica, ao estarem estreitamente vinculados ao aumento de produtividade na atividade industrial e à produção de bens com alto valor agregado, constituem um diferencial de competitividade, que sempre tenderá a beneficiar os países que deles fazem uso. Sendo assim, a reprodução de um comércio injusto será, em grande medida, tributária do atraso tecnológico que caracteriza a pauta exportadora dos países periféricos.⁷

Desse diagnóstico é que Furtado interpreta o subdesenvolvimento não como etapa anterior ao desenvolvimento, isto é, enquanto processo histórico linear do qual nenhuma nação escaparia, mas como o lado oposto da mesma moeda, um resultado indissociável do próprio desenvolvimento dos países centrais. Estes, ao se aproveitaram da acumulação de capital advinda de suas atividades mercantilistas, colonias e imperiais, ocuparam, desde cedo, posição privilegiada no sistema capitalista internacional, ao passo que aos países latino-americanos, submetidos a toda sorte de dominação política e econômica que o jugo colonial lhes impunha, só restou aceitar as regras do jogo de uma divisão internacional do trabalho hierarquizada e desigual.

Na análise normativa de Furtado, que encontra ressonância no discurso cepalino, a correção do quadro reprodutor do subdesenvolvimento das nações latino-americanas passa pela adoção de projetos políticos que, necessariamente, encontram forte resistência no Centro desenvolvido. De modo abrangente, essas escolhas dependem de planejamento estratégico de longo prazo, de investimentos em infraestrutura e de políticas de apoio à industrialização. Em suas obras, é frequente também a sua defesa pela integração regional como condição preliminar a uma futura inserção mais competitiva na economia mundial.

⁶ Referência retirada de: LIMA, Costa Marcos. *A conception of the World in Celso Furtado*. International Journal of Political Economy. Routledge, vol. 43, no. 4, p. 83.

⁷ FURTADO, Celso. *A fantasia organizada*. Paz e Terra. São Paulo, 1985.

4. Teoria da Dependência: um paradigma autóctone

No que concerne às especificidades da Teoria da Dependência e sua relação às teses defendidas pelos cepalinos clássicos, Raúl Bernal-Meza assim pondera:

El pensamiento estructuralista pasó por distintas etapas. Mientras en las primeras puso atención preferente a los aspectos económicos-históricos del desarrollo de una economía global, en etapas sucesivas los pensadores dieron atención preferente a los aspectos sociológicos, a partir de la configuración de las sociedades coloniales y la posterior articulación entre éstas y las sociedades desarrolladas.⁸

Em meados da década de 1960, uma linha de interpretação mais sociológica e política, portanto, passou a ser desenvolvida por pesquisadores que estavam vinculados à CEPAL e por intelectuais vindos de outros centros de ensino e pesquisa. De modo sucinto, essa nova abordagem analítica, alcunhada de Teoria da Dependência, confere centralidade aos processos históricos que caracterizam a evolução do sistema capitalista mundial. As relações de dependência entre os Estados são interpretadas como um complexo sistema que envolve elementos internos e externos, em que o ator estatal deixa de ser visto como um todo coerente e homogêneo. Destarte, dentro da caixa preta estatal, distintos interesses são identificados, a depender do setor econômico, da classe social e das cidades ou regiões envolvidas nas redes de relações externas.

Em tempos recentes, com o avanço das Relações Internacionais como disciplina acadêmica nas principais cátedras de ensino da América Latina, a Teoria da Dependência vem reconquistando um espaço dentro da historiografia latino-americana, ao atribuir-lhe o devido mérito de constituir um esforço intelectual autóctone que procurou entender as especificidades de uma região que, quase sempre, foi enxergada por meio de lentes teóricas de outros lugares geográficos.

Como assevera Theotonio dos Santos, a palavra dependência não encerra um significado preciso, uma vez que pode transmitir a ideia de dependência unidirecional, interpretada sempre no sentido do vínculo que a Periferia estabelece com o Centro. Segundo o autor, o que

⁸ BERNAL-MEZA, Raúl. *El estructuralismo latinoamericano y la interpretación del Mundo*. Horizontes Latino Americanos - Revista de Humanidades e Ciências Sociais do Mercosul Educativo. Editora Massangana, Fundação Joaquim Nabuco. Recife, vol. 2, nº 1, jun. 2014, p. 40.

de fato se observa na estrutura econômica global são relações de interdependência, que se dão entre duas ou mais nações e entre estas e o comércio internacional:

[...] pero en la cual la economía de los países dominantes puede expandirse y ser autosuficientes, mientras que las economías de los países dominados sólo pueden hacer lo anterior como un reflejo de tal expansión, la que puede tener un efecto positivo o negativo sobre su desarrollo inmediato.⁹

Ainda no que diz respeito à Teoria da Dependência, uma ressalva precisa ser feita. A primeira é a de que não se deve tomá-la como argumento único, cujo conteúdo pode ser integralmente consumido pela leitura de apenas uma obra. A literatura é vasta e foram vários os autores que contribuíram para a construção do arcabouço conceitual “dependentista”. Desponta, contudo, a despeito das diferentes interpretações e nuances analíticas trazidas por cada teórico, uma gramática epistemológica que lhe confere certa coerência semântica.

“Dependência e desenvolvimento na América Latina” é apontada como obra de referência dentro do debate geral sobre as relações de dependência econômica entre os países. Nela, os autores, Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, oferecem uma interpretação alternativa ao desenvolvimento econômico da região latino-americana. Indo contra a corrente dos que apregoavam a implantação do capitalismo nacional, do socialismo ou do nacionalismo “terceiro mundista”, contata-se a defesa por um “desenvolvimento dependente associado”, mostrando que a compatibilização de interesses entre os grupos dominantes locais e os internacionais era possível de ser administrada. A ideia sustentada é a de que o desenvolvimento capitalista na periferia também é possível de ser logrado a partir de alianças estratégicas entre empresas multinacionais, regionais e locais, em que “o novo “conjunto de alianças” impulsionaria o desenvolvimento econômico e não levaria a região à estagnação”¹⁰.

Na tentativa de concatenar os principais elementos analíticos que seriam comuns à grande parte dos estudos que se inserem dentro do marco teórico “dependentista”, Luciano Tomassini expõe o que seriam os três traços centrais desse enfoque teórico: a análise centrada nos processos históricos; a interpretação de que o fenômeno da dependência envolve agentes

⁹ DOS SANTOS, Theotonio. *La estructura de la dependencia*. René Villarreal. Economía Internacional. Teorías del imperialismo, la dependencia y su evidencia histórica, México, Fondo de Cultura Económica, pg. 216.

¹⁰ CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTTO, Enzo. Dependência e desenvolvimento na América Latina. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004, p. 12.

externos e internos, ao sublinhar o vínculo entre os setores nacionais com os homólogos estrangeiros; e, por fim, o envolvimento de diversas classes sociais, grupos econômicos e regiões geográficas, no âmbito doméstico do Estado, com as redes transnacionais que forjam as relações de dependência.¹¹

O debate em torno da dependência gerou quase que intuitivamente discussões sobre modelos de projeto nacional que os países latino-americanos deveriam adotar para fazer frente às forças externas que ameaçavam o pleno desenvolvimento da região. Nesse contexto, vêm à baila o conceito de autonomia como novo objeto de formulação teórica e que alargará o horizonte de pesquisa da historiografia latino-americana de Relações Internacionais. Em última instância, desejava-se investigar os melhores caminhos que os Estados deveriam seguir, de modo a assegurar-lhes maiores margens de autonomia em suas escolhas de política econômica e externa.

Na esteira da crise da Teoria da Modernização e do realismo político clássico – formulações teóricas vindas dos países centrais e que pretendiam informar a conduta dos países periféricos –, ao longo dos anos de 1970 e 1980, começa a despontar uma nova linha de interpretação sobre o lugar da América Latina nas relações internacionais, com destaque para os dois principais nomes do pensamento “autonomista”: o argentino Juan Carlos Puig e o brasileiro Hélio Jaguaribe.¹²

Na análise do fenômeno da dependência estrutural, Hélio Jaguaribe propôs-se a analisar a relação entre “hegemonia” e “autonomia”, colocando-a nos processos implícitos da evolução histórica do sistema dual “Centro-Periferia”. Em suas considerações, o autor explica o mecanismo de perpetuação do que chama de “hegemonia cêntrica”, que se expressa nos níveis doméstico e externo, e suas consequências para o desenvolvimento autônomo da região.¹³

¹¹ BERNAL-MEZA, Raúl. *El estructuralismo latinoamericano y la interpretación del Mundo*. Horizontes Latino Americanos - Revista de Humanidades e Ciências Sociais do Mercosul Educativo. Editora Massangana, Fundação Joaquim Nabuco. Recife, vol. 2, nº 1, jun. 2014, p. 41.

¹² RUIZ, José Briceño; SIMONOFF, Alejandro. *Integración y cooperación regional en América Latina. Una relectura a partir de la teoría de la autonomía*. Revisando la autonomía en América Latina en un contexto de inserción internacional y regionalismo. Editorial Biblos, Buenos Aires, 2015, p. 9.

¹³ BERNAL-MEZA, Raúl. *El estructuralismo latinoamericano y la interpretación del Mundo*. Horizontes Latino Americanos - Revista de Humanidades e Ciências Sociais do Mercosul Educativo. Editora Massangana, Fundação Joaquim Nabuco. Recife, vol. 2, nº 1, jun. 2014, p. 41.

Uma das unidades de análise privilegiada por Puig e por Jaguaribe em suas aplicações do conceito de autonomia para a América Latina está relacionada ao tema da integração regional. Com efeito, foi marcante nos textos de ambos os cientistas sociais a defesa pela formação de blocos regionais como plataforma afiançadora das margens de manobra dos países da região na busca do desenvolvimento autônomo. Essa defesa, no entanto, encontrou maior ressonância no discurso de Puig, cujo termo “integração solidária” é denotador desse espírito.

5. As novas vozes e o “neoestruturalismo” latino-americano

Com a chegada de uma nova fase histórica do capitalismo, que vem acentuando a interdependência econômica entres os atores estatais e redefinindo as noções de espaço e tempo da agência humana, novos enfoques teóricos se propuseram a revisitar alguns postulados da Escola estruturalista latino-americana, a fim de dar conta da nova realidade que condicionava a dependência e o subdesenvolvimento de alguns países. O fim da Guerra Fria, o desenvolvimento de novos meios técnicos-científicos-informacionais¹⁴ e a retomada hegemônica do paradigma ortodoxo na versão atualizada do neoliberalismo são apenas alguns exemplos das modificações que não apenas sinalizavam para um novo contexto histórico, mas também informavam mudanças estruturais na ordem internacional.

É com um olhar crítico voltado para as experiências de desenvolvimento frustrado no passado e para o que se descortina como oportunidade no futuro que se deve entender as obras de Fernando Fajnzylber. Embora conceba a industrialização como estratégia ineludível do desenvolvimento das nações periféricas, o economista chileno não se furta a criticar o modelo de substituição de importações, quando promovido sob a proteção desmedida do Estado. Sua interpretação sustenta-se no diagnóstico de que teria ocorrido um processo de plágio passivo das técnicas geradas nos grandes centros ao longo da implantação dos ramos manufatureiros na América Latina. Essa negligência com os processos de aprendizagem requeridos pelo avanço tecnológico subsequente não permitiu que os países da região desenvolvessem o que Fajnzylber denomina de “núcleo endógeno de dinamização tecnológica”, “que consiste em uma matriz industrial e produtiva articulada, na qual criatividade e aprendizado se

¹⁴ Conceito trabalhado pelo geógrafo Milton Santos em que está presente a correspondência entre o processo de produção e o meio geográfico. O tema é aprofundado em: SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1996.

retroalimentam em e entre certas atividades e ramos essenciais”¹⁵. A formação desse núcleo possibilitaria o *boom* tecnológico indispensável às futuras inovações no seio do próprio aparelho produtivo nacional, etapa primordial para ganhos sistêmicos de competitividade.

Em dois estudos, “A política internacional no mundo pós-moderno” (1991) e “O processo de globalização e seus impactos políticos” (1996), Luciano Tomassini traduz essa nova arquitetura multifacetada e complexa, ao revelar “*los nuevos mapas cognitivos y las categorías epistemológicas que eran necesarios para analizar la realidad histórica y social de esta nueva era que es la globalización*”¹⁶. Ademais, dirige críticas às perspectivas teóricas realista e neorrealista da disciplina acadêmica de Relações Internacionais, apontando as falhas epistemológicas associadas aos excessos do logocentrismo da Modernidade.

Na mesma trilha desse revisionismo, em “História da globalização”, de Aldo Ferrer, o fenômeno da globalização é melhor compreendido a partir de uma leitura histórica que revela as origens do mundo moderno e das ordens econômicas mundiais. Na concepção de Ferrer sobre as possibilidades de desenvolvimento econômico e político para os países situados na periferia da ordem mundial, além da importância dos aspectos tangíveis, é imprescindível que essas nações desenvolvam capacidades intangíveis de poder (desenvolvimento de pesquisas, direitos de propriedade intelectual, capacitação do capital humano, etc.) que as possibilitem construir um tipo de interdependência com os países centrais que lhes seja menos prejudicial.

Mario Rapoport e Raúl Bernal-Meza são outros nomes de destaque desse movimento de resgate e atualização do pensamento estruturalista latino-americano. O primeiro autor aprofunda a análise dos efeitos das inovações tecnológicas, do papel das empresas transnacionais e dos movimentos de capitais sobre a economia argentina na atual fase de globalização das forças produtivas, em “A globalização econômica: ideologias, realidade e história”¹⁷(1997), e realiza um balanço histórico da inserção econômica do país no capitalismo global, ajudando a compreender os ensaios de autonomia e as fases de subserviência por que atravessa a Argentina desde o final do século XIX até o início do novo milênio, na obra “Histórica econômica, social e política da Argentina (1880-2000)”¹⁸, publicada no ano de 2000. Bernal-Meza, entre sua vasta literatura, vale destacar a importância para a historiografia latino-americana do conceito de mundialização, definido e explicado em

¹⁵ RODRÍGUEZ, Octavio. *O estruturalismo latino-americano*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2009, p. 516.

¹⁶ *ibidem*, p. 42.

¹⁷ RAPOPORT, Mario. *La globalización económica: ideologias, realidad, historia*. Buenos Aires, Año VII, nº 12, pgs. 3-42.

¹⁸ RAPOPORT, Mario. *História econômica, social y política de la Argentina (1880-2000)*, Buenos Aires, Ediciones Macchi.

artigo científico com título homônimo.¹⁹ Nesse texto, mundialização é empregado como categoria analítica para melhor descrever o processo econômico global em que se observam meios inéditos de acumulação capitalista, que começam a aparecer na década de 1970 com a oligopolização e cartelização das atividades produtivas.

Um movimento de revalorização do pensamento crítico latino-americano parece estar em voga nos dias de hoje. Resgates e revisitações das teorias de outrora, mais particularmente do arcabouço conceitual que veio sendo construído desde as primeiras publicações das obras clássicas dos cepalinos, revitalizam e revalorizam a rica historiografia latino-americana de Relações Internacionais. É no compasso dessa marcha que se deve acolher o mais recente estudo organizado por José Briceño Ruiz e Alejandro Simonoff, consagrados herdeiros dessa tradição historiográfica. Sob o título de *Integración y cooperación regional en América Latina: una relectura a partir de la teoría de la autonomía*, a obra reúne um dos mais representativos quadros de pesquisadores que fazem parte de uma linhagem de importantes cientistas sociais que contribuíram para construção de uma fecunda historiografia latino-americana de Relações Internacionais.

Com o propósito de rediscutir um conceito caro aos projetos de inserção internacional das nações latino-americanas – a autonomia –, o referido livro está organizado em duas partes. Na primeira, os diversos trabalhos buscam fazer uma revisão das raízes históricas do pensamento autonomista, bem como investigar sua aplicabilidade para os estudos de integração regional e para a análise da geopolítica na região na atualidade. Na segunda parte do livro, os artigos voltam-se ao exame empírico da autonomia, abarcando uma série de trabalhos que analisam a forma como a ideia de autonomia informa as estratégias de inserção internacional e de integração dos países na região. Ao assinalarem a importância da obra, Briceño e Simonoff assim a situam: “Este libro se ubica en el marco de un proceso de revisión y relectura del concepto de autonomía, como un dos pilares del pensamiento latinoamericano sobre relaciones internacionales”.

¹⁹ BERNAL-MEZA, Raúl. *La Mundialización. Orígenes y fundamentos de la Nueva Organización Capitalista Mundial*. Realidad Económica, n° 150, agosto-septiembre de 1997, pgs. 33-52.

6. À guisa de conclusão

No percurso realizado até aqui, tencionou-se chamar a atenção para a importância da Escola estruturalista latino-americana no desenvolvimento de um saber crítico que se mostrará útil não apenas para a elaboração de abordagens teóricas, mas também fundamental para as escolhas políticas dos países da região. Para a execução desse objetivo, privilegiou-se um tratamento linear sobre a evolução conceitual do pensamento estruturalista latino-americano, que, deve-se mencionar, em função da grande pluralidade de obras e perspectivas e do tempo e espaço disponíveis para a consecução deste trabalho, esteve longe de contemplar todo o universo dessa rica literatura. O leitor mais familiarizado com a historiografia da região, portanto, certamente se deparou com várias lacunas, tanto no que diz respeito à ausência de obras e autores quanto em relação à falta de um aprofundamento maior das discussões teóricas. Não obstante a veracidade desses apontamentos, reitera-se, aqui, mais uma vez, que esse não constituiu o propósito do presente artigo.

Desde suas primeiras formulações teóricas até os dias hodiernos, com as diversas atualizações conceituais que a marcha da história se lhe impunha, a relevância do pensamento estruturalista mostrou-se perene no quadro cognitivo das comunidades epistêmicas e dos formuladores de políticas públicas, mesmo quando servia apenas de antítese conceitual, de contraponto para outros modelos teóricos, como ocorreu quando da invasão da onda neoliberal na América Latina nos anos de 1990. Para a historiografia latino-americana de Relações Internacionais sua importância é incontestável: justifica-se pelo fecundo arcabouço conceitual que continua a dar coerência e inteligibilidade a diversos fenômenos de natureza política, econômica e sociológica, que, lidos pelas lentes teóricas uniformizadoras do *mainstream* anglo-saxônico, nem sempre são traduzidos em consonância com a realidade de uma região que apresenta suas próprias idiossincrasias.

Desde este punto de vista, ella [el abordagen estructuralista latinoamericana] es tal vez la única expresión de una filosofía de la historia generada en la periferia y que ha confrontado, hasta el presente, con las interpretaciones o filosofías de la historia producidas por la inteligencia europea y norteamericana.²⁰

²⁰ BERNAL-MEZA, Raúl. *El estructuralismo latinoamericano y la interpretación del Mundo*. Horizontes Latino Americanos - Revista de Humanidades e Ciências Sociais do Mercosul Educativo. Editora Massangana, Fundação Joaquim Nabuco. Recife, vol. 2, nº 1, jun. 2014, p. 44.

Referências Bibliográficas

BERNAL-MEZA, Raúl. El estructuralismo latinoamericano y la interpretación del Mundo. *Horizontes Latino Americanos - Revista de Humanidades e Ciências Sociais do Mercosul Educativo*. Editora Massangana, Fundação Joaquim Nabuco. Recife, vol. 2, nº 1, jun. 2014.

BERNAL-MEZA, Raúl. *La Mundialización. Orígenes y fundamentos de la Nueva Organización Capitalista Mundial*. Realidad Económica, nº 150, agosto-septiembre de 1997.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. Dependência e desenvolvimento na América Latina. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

CEPAL. Disponível em: <http://www.cepal.org/es/acerca>.

DOS SANTOS, Theotonio. *La estructura de la dependencia*. René Villarreal. Economía Internacional. Teorías del imperialismo, la dependencia y su evidencia histórica, México, Fondo de Cultura Económica.

FAJNZYLBER, Fernando. *A industrialização na América Latina: da “caixa preta” ao “conjunto vazio”*. Em: BIELSCHOWSKY, R. (Org). Cinquenta anos de pensamento na CEPAL. São Paulo: Record, 2000.

FURTADO, Celso. *A fantasia organizada*. São Paulo: Paz e Terra, 1985.

LIMA, Costa Marcos. *A conception of the World in Celso Furtado*. International Journal of Political Economy. Routledge, vol. 43, no. 4.

MEDEIROS, Carlos Aguiar de. ; SERRANO, Franklin. *Inserção externa, exportações e crescimento no Brasil*. In: FIORI, J. L. ; MEDEIROS, Carlos (Orgs.). Polarização mundial e crescimento. Petrópolis: Vozes, 2001.

RAPOPORT, Mario. *História económica, social y política de la Argentina (1880-2000)*, Buenos Aires: Ediciones Macchi.

RAPOPORT, Mario. *La globalización económica: ideologias, realidade, história*. Buenos Aires, Año VII, nº 12.

RODRÍGUEZ, Octavio. *O estruturalismo latino-americano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

RODRIGUEZ, Octavio. *O Pensamento da CEPAL: síntese e crítica*. Novos Estudos. CEBRAP. São Paulo, nº 16, dez. 1986, p. 9. Disponível em: <http://novosestudos.uol.com.br/v1/files/uploads/contents/50/20080623_o_pensamento_da_c_epal.pdf>. Acesso em:

RUIZ, José Bricenõ; SIMONOFF, Alejandro. *Integración y cooperación regional en América Latina. Una relectura a partir de la teoría de la autonomía*. Revisando la autonomía en América Latina en un contexto de inserción internacional y regionalismo. Buenos Aires: Editorial Biblos, 2015.

SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SMITH, Adam. *A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas*. São Paulo: Nova Cultura, 2 ed., 1985.